



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Atibaia

Data: 21/05/2013

Link: <http://www.atibaia.com.br/noticias/noticia.asp?numero=28348>

Assunto: Resíduos de podas de árvore não poderão ser enviados a aterros sanitários a partir de 2014

Resíduos de podas de árvores não poderão ser enviados a aterros sanitários a partir de 2014



A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) 12305/10 estabeleceu como limite agosto de 2014 a adequação do destino final dos resíduos de madeira, em especial os de podas de árvores em áreas urbanas, que não seja para aterros sanitários por estes materiais não serem mais considerados como rejeitos. O tema será discutido em Reunião do Grupo das Empresas associadas ao Consórcio PCJ que se reúnem no próximo dia 22 de maio, a partir das 9h da manhã, em encontro técnico na empresa consorciada Elektro em Campinas (SP).

Segundo a PNRS, é considerado rejeito “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”. A política estabelece também como prazo para a adequação do envio de resíduos aos aterros até agosto de 2014.

Alternativas como o uso dos resíduos de poda moídos em viveiros para a produção de mudas de árvores será levantado durante o encontro técnico que contará com a apresentação de dois cases: da Empresa Elektro e da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Para se ter ideia de quanto de resíduo de poda é gerado, um estudo da ESALQ/USP de Piracicaba, realizado por Ana Maria Nolasco e Ana Maria de Meira na cidade, constatou que mensalmente são gerados 181,35 toneladas de resíduos referente a poda de 1250 árvores, em média. Piracicaba possui 365 mil habitantes e 92% destes vivem em área urbana.

O Encontro Técnico “Gerenciamento de Resíduos de Madeira (poda de vegetação, caixas e embalagens)” contará com a participação de representantes do Grupo das empresas e municípios associados ao Consórcio PCJ, secretárias de meio ambiente e demais entidades envolvidas com a questão de resíduos de madeira.